



Estado do Rio de Janeiro  
Prefeitura Municipal de Saquarema  
Secretaria Municipal de Gestão Inovação e Tecnologia  
Departamento de Licitação e Contratos



**PREFEITURA  
SAQUAREMA**  
TRABALHO E RESPEITO

Prefeitura Municipal de Saquarema  
Processo 23890 / 2023  
Data 22 / 12 / 2023  
Fls. 02 Rev. 04

**Ao Protocolo Geral do Município,**

Solicito que seja aberto processo administrativo através da documentação encaminhada pela **MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.** via e-mail, referente ao Processo Administrativo nº 21.714/2023, Pregão Eletrônico nº 024/2023.

Saquarema, 27 de dezembro de 2023.

Atenciosamente,

  
Guilherme Castro  
Pregoeiro  
Guilherme V. e Castro  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8409

Assunto: **MPUGNAÇÃO AO EDITAL | PREGÃO ELETRÔNICO  
Nº 024/2023**



De: Ariana Dias <ariana.fradiadvogadas@gmail.com>  
Para: <licitacao@saquarema.rj.gov.br>  
Cc: Marisete Israel <mipcomercioatacadista@gmail.com>, Flavia Vieira <flavia.fradiadvogadas@gmail.com>, MARIA PAULA X. <mpaula.fradiadvogadas@gmail.com>  
Data: 26/12/2023 16:21

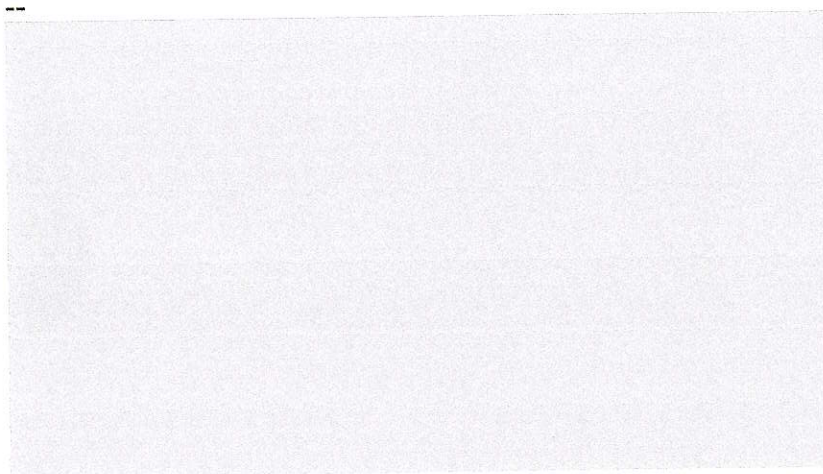
- Impugnação (MIP) - Saquarema (parametro de cálculo do percentual de 5% do capital social ou patrimônio líquido).pdf (~16 MB)

Prezados,

Na qualidade de advogada da Marisete Israel Pereira ME., venho, por meio deste, com fundamento no art. 24 do Decreto nº 10.024/2019, apresentar Impugnação ao Edital nº 024/2023, nos termos do documento em anexo.

Peço, por gentileza, confirmar o recebimento.

Att.,



**Esta mensagem é confidencial e privilegiada, dirigida apenas à(s) pessoa(s) acima identificada(s).**

**This message is privileged and confidential, intended only to the person(s) to whom it is addressed.**

**FRADI**  
ADVOGADAS

Carmo, 26 de dezembro de 2023.

**À**

**COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DE SAQUAREMA – RJ**

*Ref.: Pregão Eletrônico nº 024/2023*

**MARISETE ISRAEL PEREIRA ME. ("MIP")**, microempresa com sede na Cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, CEP:28.640-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.239.391/0001-27, por intermédio de suas procuradoras ao final assinadas (**Doc. Nº 01 – PROCURAÇÃO**), com fundamento no art. 24 do Decreto nº 10.024/2019 c/c Cláusula 24.2 do Edital de Licitação, vem, perante V. Exa., apresentar

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

diante da constatação de omissão no Edital de Licitação nº 024/2023, mais precisamente em relação ao parâmetro [leia-se: base de cálculo] para incidência do percentual de 5% exigido a título de capital social ou patrimônio líquido da licitante.



.I.

**TEMPESTIVIDADE:**

O prazo para apresentação de impugnação ao Edital, em Pregão Eletrônico, é de **03 (três) dias úteis antes da data do certame**, nos termos do art. 24 do Decreto nº 10.024/2019. Considerando que a abertura da sessão pública ocorrerá no dia 29/12/2023, esta impugnação é plenamente tempestiva.

.II.

**O MOTIVO E FUNDAMENTO JURÍDICO DA IMPUGNAÇÃO:**

A presente impugnação é apresentada em decorrência do Edital se revelar omissa quanto à definição do parâmetro [leia-se: base de cálculo] para incidência do percentual de 5% exigido a título de capital social ou patrimônio líquido da licitante, **se incidente sobre (i) o valor global da licitação (R\$ 44.376.457,86); (ii) o valor global proporcional à soma do(s) lote(s) vencido(s) ou (iii) o valor da proposta final da licitante. Veja-se:**

Leia-se e releia-se o subitem 11.10.15 e, D.M.V, não ficou claro a que se refere o termo genérico "*valor total máximo estimado pela administração*", carecendo este de definição precisa. Veja-se:

*"11.10.5 Prova de possuir capital social mínimo devidamente integralizado ou Patrimônio Líquido igual ou superior a 5% (cinco por cento) do valor total máximo estimado pela administração, admitida a atualização para a data da apresentação da proposta através de índices oficiais. A comprovação será obrigatoriamente feita pelo Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor e devidamente registrado, ou pelo Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, na forma da Lei."*

V.Sas. não de concordar que, em se tratando de pregão sob a modalidade MENOR PREÇO POR LOTE/GRUPO e sendo tal exigência formulada apenas e tão somente como FORMA DE GARANTIA DO ADIMPLEMENTO DO CONTRATO A SER CELEBRADO, o mais adequado é

que o cálculo de tal percentual recaia sobre o valor da proposta final da licitante.

O entendimento do e. TCU, inclusive, é nesse sentido. Veja-se:

***“REPRESENTAÇÃO (ART. 113 DA LEI 8666/1993). EXIGÊNCIA DE CAPITAL SOCIAL PROPORCIONAL AO VALOR TOTAL DO CONTRATO CUJO OBJETO SERÁ EXECUTADO EM MAIS DE UM EXERCÍCIO. EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO INTERNACIONAL. USO DE PREGÃO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS. IMPROCEDÊNCIA. 1. Observado o limite do § 3º do art. 31 da Lei 8666/1993, é legal a exigência de capital social proporcional ao valor total de contrato cujo objeto será executado em mais de um exercício. 2. É razoável a exigência de certificação internacional quando inexistentes parâmetros nacionais de certificação. 3. É possível o uso de pregão para aquisição de equipamento eletrônico sem singularidade e amplamente disponível no mercado.” (ACÓRDÃO 1105/2007 - PLENÁRIO)***

Ressalta-se que a fixação do parâmetro de cálculo do percentual para comprovação de capital social ou patrimônio líquido como sendo 5% sobre o valor da proposta final da licitante encontra amparo na premissa máxima de se prestigiar e garantir a ampla competitividade no certame.

Afinal, se no seu lugar fosse adotado como parâmetro o valor global da licitação, no patamar altíssimo de R\$ 44.376.457,86, o universo de licitantes seria absurdamente restringido, prejudicando, por consequência, a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

Nesse espeque, tal previsão seria tida como ilícita, haja vista ser vedado aos agentes públicos admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, criem restrições ou frustrem o seu caráter competitivo, ou estabeleçam qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato (Lei 8.666/93, Art. 3º, § 1º, I).



É inconteste que o princípio da competitividade é tão essencial na matéria que, se em um procedimento licitatório faltar a competição ou oposição entre os concorrentes falecerá a própria licitação, inexistirá o instituto.

**.VI.**

**CONCLUSÃO:**

Diante de todo o exposto, requer-se, sob pena da adoção das medidas judiciais cabíveis, que essa respeitável Comissão de Pregão se digne de dar provimento a presente impugnação ao Edital nº 024/2023, com o fim de sanar a omissão ora relatada, fazendo constar expressamente do subitem 11.10.5 o valor da proposta final da licitante como parâmetro [leia-se: base de cálculo] para incidência do percentual de 5% exigido a título de capital social ou patrimônio líquido.

Termos em que,  
Pede deferimento.

Carmo, 26 de dezembro de 2023.

Ariana Dias Pereira  
OAB/RJ nº 221.360

Flavia Cristina Pessoa Vieira  
OAB/RJ nº 229.221

FRADI  
ADVOGADAS

**Doc. Nº 01**

## **PROCURAÇÃO**

Pelo presente instrumento particular de mandato, **MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.**, com sede na Cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, CEP:28.640-000, inscrita no CNPJ sob o nº 02.239.391/0001-27 ("Outorgante"), nomeia e constitui como suas legítimas procuradoras, podendo agir em conjunto ou isoladamente, **ARIANA DIAS PEREIRA** e **FLÁVIA CRISTINA PESSOA VIEIRA**, brasileiras, advogadas, a primeira casada e inscrita na OAB/RJ sob o nº 221.360 e no CPF sob o nº 159.721.757-38, e a segunda solteira e inscrita na OAB/RJ sob o nº 229.221 e no CPF sob o nº 160.626.627-62, ambas com escritório na Rua Marechal Floriano nº 86, 2º Andar, Porto Novo, Além Paraíba/MG, CEP: 36660-000, tendo como endereço eletrônico [ariana.fradiadvogadas@gmail.com](mailto:ariana.fradiadvogadas@gmail.com) e [flavia.fradiadvogadas@gmail.com](mailto:flavia.fradiadvogadas@gmail.com) ("Outorgadas"), as quais confere amplos poderes de negociação e de representação perante quaisquer particulares, entidades, órgãos ou departamentos governamentais, sociedades abertas ou fechadas e quaisquer agências governamentais, podendo, para tanto, assinar e protocolizar formulários e requerimentos, enviar notificações extrajudiciais, acompanhar quaisquer procedimentos ou processos administrativos, interpor recursos, firmar e retirar documentos, transigir, receber e dar quitação, bem como praticar todo e qualquer ato necessário ao fiel cumprimento do presente mandato.

Carmo, 10 de abril de 2023.

**MARISETE ISRAEL  
PEREIRA:02239391  
000127**

Assinado de forma digital por  
MARISETE ISRAEL  
PEREIRA:02239391000127  
Dados: 2023.04.10 15:26:23  
-03'00'

---

**MARISETE ISRAEL PEREIRA ME**





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.1.0395612-1

Tipo Jurídico

**Requerimento de empresário**

## Porte Empresarial

Microempresa

Nome

MARISETE ISRAEL PEREIRA

Código Ato

## Eventos

002

| Cód | Qtde. | Descrição do Ato / Evento                                |
|-----|-------|--|
| 021 | 1     | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial) |
| xxx | xx    | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx                    |
| xxx | xx    | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx                    |
| xxx | xx    | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx                    |
| xxx | xx    | xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx                    |

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR ADILERSON SILVEIRA ÁVILLA SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Deferido em 25/01/2023 e arquivado em 25/01/2023

Nº de Páginas

| Capa | Nº  | Páginas |
|------|-----|---------|
| 1    | 1   | 1       |
| 2    | 2   | 2       |
| 3    | 3   | 3       |
| 4    | 4   | 4       |
| 5    | 5   | 5       |
| 6    | 6   | 6       |
| 7    | 7   | 7       |
| 8    | 8   | 8       |
| 9    | 9   | 9       |
| 10   | 10  | 10      |
| 11   | 11  | 11      |
| 12   | 12  | 12      |
| 13   | 13  | 13      |
| 14   | 14  | 14      |
| 15   | 15  | 15      |
| 16   | 16  | 16      |
| 17   | 17  | 17      |
| 18   | 18  | 18      |
| 19   | 19  | 19      |
| 20   | 20  | 20      |
| 21   | 21  | 21      |
| 22   | 22  | 22      |
| 23   | 23  | 23      |
| 24   | 24  | 24      |
| 25   | 25  | 25      |
| 26   | 26  | 26      |
| 27   | 27  | 27      |
| 28   | 28  | 28      |
| 29   | 29  | 29      |
| 30   | 30  | 30      |
| 31   | 31  | 31      |
| 32   | 32  | 32      |
| 33   | 33  | 33      |
| 34   | 34  | 34      |
| 35   | 35  | 35      |
| 36   | 36  | 36      |
| 37   | 37  | 37      |
| 38   | 38  | 38      |
| 39   | 39  | 39      |
| 40   | 40  | 40      |
| 41   | 41  | 41      |
| 42   | 42  | 42      |
| 43   | 43  | 43      |
| 44   | 44  | 44      |
| 45   | 45  | 45      |
| 46   | 46  | 46      |
| 47   | 47  | 47      |
| 48   | 48  | 48      |
| 49   | 49  | 49      |
| 50   | 50  | 50      |
| 51   | 51  | 51      |
| 52   | 52  | 52      |
| 53   | 53  | 53      |
| 54   | 54  | 54      |
| 55   | 55  | 55      |
| 56   | 56  | 56      |
| 57   | 57  | 57      |
| 58   | 58  | 58      |
| 59   | 59  | 59      |
| 60   | 60  | 60      |
| 61   | 61  | 61      |
| 62   | 62  | 62      |
| 63   | 63  | 63      |
| 64   | 64  | 64      |
| 65   | 65  | 65      |
| 66   | 66  | 66      |
| 67   | 67  | 67      |
| 68   | 68  | 68      |
| 69   | 69  | 69      |
| 70   | 70  | 70      |
| 71   | 71  | 71      |
| 72   | 72  | 72      |
| 73   | 73  | 73      |
| 74   | 74  | 74      |
| 75   | 75  | 75      |
| 76   | 76  | 76      |
| 77   | 77  | 77      |
| 78   | 78  | 78      |
| 79   | 79  | 79      |
| 80   | 80  | 80      |
| 81   | 81  | 81      |
| 82   | 82  | 82      |
| 83   | 83  | 83      |
| 84   | 84  | 84      |
| 85   | 85  | 85      |
| 86   | 86  | 86      |
| 87   | 87  | 87      |
| 88   | 88  | 88      |
| 89   | 89  | 89      |
| 90   | 90  | 90      |
| 91   | 91  | 91      |
| 92   | 92  | 92      |
| 93   | 93  | 93      |
| 94   | 94  | 94      |
| 95   | 95  | 95      |
| 96   | 96  | 96      |
| 97   | 97  | 97      |
| 98   | 98  | 98      |
| 99   | 99  | 99      |
| 100  | 100 | 100     |

1

1/1

**Jorge Paulo Magdaleno Filho**

SECRETÁRIO GERAL

**Observação:**

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MARISETE ISRAEL PEREIRA

Empresa: MARISETE ISRAEL PEREIRA  
 Nº: 831.8385612-1 Protocolo: 00-2023/063243-2 Data do protocolo: 24/01/2023

NIRE: 331.0395612-1 Protocolo: 00-2023/063243-2 Data do protocolo: 24/01/2023

CERTIFICO O A  
autenticação.

Autenticação: 1E7118FAD31625AE0BF5C57FC875A833AF0D03B5A94379C99D98A0A4D3AA2875

Autenticação: 1E7118FAD31625AE0BF5C57FC875A833AF0D03B5A94379C99D9A0A4D3AA2875  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



**JUCERJA**  
associato digitalmente

Pag. 1/7





NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.1.0395612-1

Tipo Jurídico

Requerimento de empresário

Porte Empresarial

Microempresa

Nº do Protocolo

00-2023/063243-2

24/01/2023 16:48:55

JUCERJA

Último arquivamento:

00004972828 - 29/06/2022

NIRE: 33.1.0395612-1

MARISETE ISRAEL PEREIRA

Boleto(s): 104274335

Hash: 1DCD7C22-4D5A-489A-854A-222EF24258D8

| Orgão | Calculado | Pago   |
|-------|-----------|--------|
| Junta | 271,00    | 271,00 |
| DREI  | 0,00      | 0,00   |

## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### MARISETE ISRAEL PEREIRA

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código  
do Ato

002

| Código<br>Evento | Qtde. | Descrição do ato / Descrição do evento                                       |
|------------------|-------|--|
| 021              | 1     | Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)                     |
| XXX              | XXX   | XX |
| XXX              | XXX   | XX |
| XXX              | XXX   | XX |
| XXX              | XXX   | XX |

#### Requerente

Rio de Janeiro

Local

24/01/2023

Data

|                      |   |
|----------------------|---|
| Nome:                | Ariana Dias Pereira   |
| Assinatura:          | ASSINADO DIGITALMENTE<br>O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem<br>prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade<br>dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo |
| Telefone de contato: | 992196603   |
| E-mail:              | aridias@hotmail.com   |
| Tipo de documento:   | Digital   |
| Data de criação:     | 24/01/2023  |
| Data da 1ª entrada:  |   |



00-2023/063243-2

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MARISETE ISRAEL PEREIRA

NIRE: 33.1.0395612-1 Protocolo: 00-2023/063243-2 Data do protocolo: 24/01/2023

CERTIFICADO O ARQUIVAMENTO em 25/01/2023 SOB O NÚMERO 00005279882 e demais constantes do termo de  
autenticação.

Autenticação: 1E7118FAD31625AE0BF5C57FC875A833AF0D03B5A94379C99D98A0A4D3AA2875

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



JUCERJA  
assinado digitalmente

Pag. 2/7

**ALTERAÇÃO DO INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO DE EMPRESÁRIO  
INDIVIDUAL**

**NIRE 33.1.0395612-1**

**MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.**

**CNPJ: 02.239.391/0001-27**

MARISETE ISRAEL PEREIRA, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, empresária, nascida aos 12/09/1964, inscrita no CPF sob o nº 072.171.337-85, portadora da carteira de identidade nº 24448697-9 SSP-SP, residente e domiciliada na Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, Carmo/RJ, CEP:28.640-000; Empresária individual, sob o nome empresarial MARISETE ISRAEL PEREIRA ME., com sede na Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, Carmo/RJ, CEP:28.640-000, inscrita na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.1.0395612-1 e no CNPJ sob o nº 02.239.391/0001-27;

Resolve assim, alterar e consolidar o Instrumento de Inscrição, consoante as disposições abaixo:

**1.1. Fica alterado o endereço do Empresário Individual para Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, Carmo/RJ, CEP:28.640-000.**

**1.2. Ficam inalteradas as demais cláusulas do Instrumento Constitutivo que não colidem com as disposições do presente dispositivo.**

Tendo em vista as modificações ora ajustadas, consolida-se o Instrumento Constitutivo, que passa a ter a seguinte redação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MARISETE ISRAEL PEREIRA

NIRE: 33.1.0395612-1 Protocolo: 00-2023/063243-2 Data do protocolo: 24/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 25/01/2023 SOB O NÚMERO 00005279882 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1E7118FAD31625AE0BF5C57FC875A833AF0D03B5A94379C99D98A0A4D3AA2875

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.





## **INSTRUMENTO DE INSCRIÇÃO CONSOLIDADO**

**NIRE 33.1.0395612-1**

**MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.**

**CNPJ: 02.239.391/0001-27**

Marisete Israel Pereira, brasileira, casada, empresária, nascida aos 12/09/1964, inscrita no CPF sob o nº 072.171.337-85, portadora da carteira de identidade nº 24448697-9 SSP-SP, residente e domiciliada na Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, Carmo/RJ, CEP:28.640-000; Empresária individual, sob o nome empresarial MARISETE ISRAEL PEREIRA ME., com sede na Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, Carmo/RJ, CEP:28.640-000, inscrita na Junta Comercial do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.1.0395612-1 e no CNPJ sob o nº 02.239.391/0001-27, resolve consolidar o Instrumento de Inscrição, consoante as disposições abaixo:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

#### **DO NOME EMPRESARIAL**

A Empresária Individual gira como nome empresarial MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

#### **DO CAPITAL**

O capital é de R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) totalmente subscrito e já integralizado, em moeda corrente do País.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

#### **DA SEDE**

A Empresário Individual tem sua sede no seguinte endereço: Rua Alayde Ferreira Braga Monteiro nº 433, Bom Pastor, Carmo/RJ, CEP:28.640-000.

## CLÁUSULA QUARTA

### DO OBJETO

A Empresário Individual tem por objeto o exercício das seguintes atividades econômicas: 46.39-7/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL; 45.30-7/02 - COMÉRCIO POR ATACADO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR; 45.30-7/05 - COMÉRCIO A VAREJO DE PNEUMÁTICOS E CÂMARAS-DE-AR; 46.23-1/09 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ALIMENTOS PARA ANIMAIS; 46.33-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE FRUTAS, VERDURAS, RAÍZES, TUBÉRCULOS, HORTALIÇAS E LEGUMES FRESCOS; 46.34-6/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE CARNES BOVINAS E SUÍNAS E DERIVADOS; 46.37-1/04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PÃES, BOLOS, BISCOITOS E SIMILARES; 46.42-7/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS, EXCETO PROFISSIONAIS E DE SEGURANÇA; 46.44-3/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO HUMANO; 46.44-3/02 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MEDICAMENTOS E DROGAS DE USO VETERINÁRIO; 46.47-8/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE ARTIGOS DE ESCRITÓRIO E DE PAPELARIA; 46.49-4/01 - COMÉRCIO ATACADISTA DE EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS DE USO PESSOAL E DOMÉSTICO; 46.49-4-04 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MÓVEIS E ARTIGOS DE COLCHOARIA; 46.49-4-08 - COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DOMICILIAR; 46.71-1-00 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MADEIRA E PRODUTOS DERIVADOS; 46.79-6-99 - COMÉRCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL; 47.21-1-02 - PADARIA E CONFEITARIA COM PREDOMINÂNCIA DE REVENDA; 47.22-9-01 - COMÉRCIO VAREJISTA DE CARNES – AÇOUGUES; 47.24-5-00 - COMÉRCIO VAREJISTA DE HORTIFRUTIGRANJEIROS; 47.29-6-99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM GERAL OU ESPECIALIZADO EM PRODUTOS ALIMENTÍCIOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE; 47.44-0-99 - COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL.

## CLÁUSULA QUINTA

### DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

A empresária declara, sob as penas da lei, inclusive que são verídicas todas as informações prestadas neste instrumento e quanto ao disposto no artigo 299 do

Código Penal, não estar impedido de exercer atividade empresária e não possuir outro registro como Empresário Individual no País.

## **CLÁUSULA SEXTA**

### **DO ENQUADRAMENTO**

A empresária declara que a atividade se enquadra em Microempresa - ME, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006)

## **CLÁUSULA SÉTIMA**

### **DO FORO**

Fica eleito o foro da comarca do Carmo/RJ, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste ato de constituição.

E, por estar assim constituído, assino o presente instrumento em uma via.

Carmo, 24 de janeiro de 2023.

MARISETE ISRAEL  
PEREIRA:0223939  
1000127

Assinado de forma digital  
por MARISETE ISRAEL  
PEREIRA:02239391000127  
Dados: 2023.01.24  
16:48:08 -03'00'

MARISETE ISRAEL PEREIRA



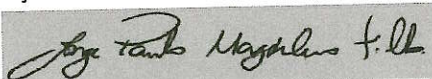


## IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA MARISETE ISRAEL PEREIRA, NIRE 33.1.0395612-1, PROTOCOLO 00-2023/063243-2, ARQUIVADO EM 25/01/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005279882, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

| CPF/CNPJ       | Nome                |
|----------------|---------------------|
| 159.721.757-38 | ARIANA DIAS PEREIRA |

25 de janeiro de 2023.



Jorge Paulo Magdaleno Filho  
Secretário Geral

1/1

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: MARISETE ISRAEL PEREIRA

NIRE: 33.1.0395612-1 Protocolo: 00-2023/063243-2 Data do protocolo: 24/01/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 25/01/2023 SOB O NÚMERO 00005279882 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 1E7118FAD31625AE0BF5C57FC975A833AF0D03B5A94379C99D98A0A4D3AA2875

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



JUCERJA  
assinado digitalmente ✓

Pag. 7/7



PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## ANÁLISE DE IMPUGNAÇÃO

**PROCESSO DE ORIGEM: 21.714/2023**

**PROCESSO DE IMPUGNAÇÃO: 23.890/2023**

**REQUERENTE: MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2023**

**IMPUGNAÇÃO, referente ao Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2023, cujo objeto da presente licitação é “REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA COMPOR A MERENDA ESCOLAR DAS UNIDADES DE ENSINO – CRECHE, PRÉ-ESCOLAR, ENSINO FUNDAMENTAL E EJA – DURANTE O ANO DE 2024 DO MUNICÍPIO DE SAQUAREMA/RJ.”, em conformidade com as condições e especificações estabelecidas no Edital e em todos os seus anexos.**

Trata a presente análise da solicitação de **IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº: 02.239.391/0001-27, que apresentou impugnação contra os termos do Edital de **Pregão Eletrônico nº 024/2023**, encaminhada ao Pregoeiro deste Município, informando o que se segue:

### 1. DA TEMPESTIVIDADE DA IMPUGNAÇÃO:

O pedido de impugnação foi recebido em 26/12/2023 e protocolado sob o processo administrativo de nº 23.890/2023, pela empresa **MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.** A impugnação é tempestiva, uma vez que interposta de acordo com Art. 41, §2º da Lei 8.666/93.





PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

## 2. DA ANÁLISE DA IMPUGNAÇÃO:

Conforme verifica-se na petição, a recorrente sequer poderia se manifestar em impugnação, pois apresentou documento sem assinatura, impossibilitando seu reconhecimento legal e autêntico.

É sabido que atualmente, documentos eletrônicos podem ser reconhecidos legalmente, permitindo que pessoas físicas e jurídicas realizem suas contratações de forma mais ágil, dispensando o uso de papéis e deslocamentos para se obter assinaturas dos responsáveis e sobretudo, garantir a segurança jurídica para a formalização dos negócios. Porém, o formalismo contratual apesar, de adotar novas formas, deve manter seus princípios ainda que, utilizando-se dos meios eletrônicos disponíveis, entre eles, o princípio da segurança jurídica, onde se faz necessário a verificação de que a assinatura ali contida seja fidedigna, sendo necessário para tanto, no caso em tela, validar a confirmação de sua autenticidade, o que não foi realizado pela requerente.

Substanciado no Art. 75º, inciso VIII do novo CPC e nos requisitos disposto no instrumento convocatório, razão que não merece prover o conhecimento da presente impugnação, **diante da falta de pressupostos de admissibilidade.**

**A título de esclarecimento**, quanto aos fatos apresentados, deve-se esclarecer que:

A necessidade de estabelecer um capital mínimo em um edital de licitações advém da importância de garantir a capacidade financeira das empresas participantes em cumprir com os compromissos contratuais assumidos em uma licitação pública. Esse requisito visa assegurar que apenas empresas que possuam uma estrutura financeira sólida e adequada possam concorrer e eventualmente realizar contratos com o órgão público.

Ao estabelecer um capital mínimo, o edital de licitação impõe um **critério objetivo** para avaliar a capacidade econômico-financeira das empresas concorrentes. Esse valor mínimo pode

9





PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

ser definido de acordo com a natureza e o valor estimado do contrato, variando de acordo com a complexidade e os riscos envolvidos na execução do objeto licitado.

A exigência de um capital mínimo proporciona diversas vantagens para a administração pública. Primeiramente, empresas com capital mínimo estabelecido demonstram maior capacidade de arcar com os custos do contrato, evitando problemas financeiros e eventual descumprimento contratual. Dessa forma, o órgão público pode ter maior segurança na execução do serviço ou entrega do produto contratado.

Outro benefício é a diminuição do risco de que empresas despreparadas venham a vencer uma licitação. Um capital mínimo estabelecido no edital cria uma barreira de entrada para empresas que não possuam uma estrutura financeira adequada, evitando possíveis casos de inadimplência, atrasos na execução do contrato ou até mesmo falência durante a sua vigência. Isso garante que apenas empresas sólidas e com capacidade econômica necessária possam participar da concorrência.

Além disso, a exigência de um capital mínimo também estimula a concorrência saudável entre as empresas. Aquelas que possuem uma estrutura financeira mais robusta têm maiores chances de obter contratos e, conseqüentemente, expandir suas operações. Dessa forma, o mercado é impulsionado a se desenvolver, fomentando a competitividade e a qualidade dos serviços e produtos oferecidos.

Contudo, é importante salientar que o estabelecimento de um capital mínimo deve ser realizado de maneira criteriosa, observados os requisitos legais da Lei 8.666/1993 no artigo 31 § 3º que dispõe da possibilidade de exigir a comprovação de capital mínimo ou o valor do patrimônio líquido não excedente a 10% (dez por cento) para evitar o favorecimento indevido de empresas já estabelecidas e, conseqüentemente, a restrição da participação de pequenas e médias empresas.

9



PROCESSO Nº \_\_\_\_\_

FLS. \_\_\_\_\_ RUBRICA \_\_\_\_\_

É necessário que haja um equilíbrio na definição deste valor, de forma a garantir a seleção das empresas com saúde financeira comprovada, mas permitindo também a inclusão de outras empresas que possuam potencial de desenvolvimento e capacidade de cumprir com suas obrigações contratuais, de forma que para o que pretende a Administração com o objeto deste certame estabeleceu-se o limite de 5% (cinco por cento).

Em suma, a necessidade de estabelecer um capital mínimo em um edital de licitações se justifica pela importância de garantir a capacidade financeira e a segurança dos contratos públicos. Essa exigência visa selecionar empresas com estruturas financeiras sólidas, que possam executar os serviços contratados de forma adequada, minimizando riscos e proporcionando um ambiente amplamente competitivo.

Por todo o exposto e prestados os esclarecimentos solicitados, não recebo a Impugnação interposta, pois ainda que tempestiva ausente assinatura na petição e no mérito, julgo **IMPROCEDENTE A IMPUGNAÇÃO** apresentada pela empresa **MARISETE ISRAEL PEREIRA ME.** pelas razões supracitadas e reitero que não foram encontrados elementos no edital que configure vícios, nem ilegalidades no instrumento convocatório.

Dê ciência e publicidade desta decisão.

Mantenha-se o Edital de Pregão Eletrônico nº 024/2023 inalterado até a presente data.

Ao Setor Jurídico do Município para parecer.

Saquarema, 27 de dezembro de 2023.

  
**GUILHERME CASTRO**  
Matrícula 8109  
Pregoeiro

*Guilherme V. e Castro*  
Diretor Adjunto de Licitação  
Mat. 8109